

JOÃO ARRISCADO NUNES

**TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA,
PÓS-MODERNISMO CRÍTICO
E TEORIA SOCIAL**

**Outubro de 1996
Oficina nº 81**

João Arriscado Nunes

**Transição paradigmática, pós-modernismo
crítico e teoria social**

**Outubro de 1996
Oficina nº 81**

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

JOÃO ARRISCADO NUNES

**TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA,
PÓS-MODERNISMO CRÍTICO E TEORIA SOCIAL**

nº 81
Outubro 1996

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

Transição paradigmática, pós-modernismo crítico e teoria social*

João Arriscado Nunes

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Sociais

Resumo

Na actual fase de transição paradigmática, o debate teórico nas ciências sociais desenvolve-se num contexto marcado pela tensão entre as dinâmicas de globalização e a rearticulação local de configurações sociais, culturais e políticas, e pelo surgimento e confronto de diferentes maneiras de pensar a "condição pós-moderna". A construção de uma teoria social crítica associada ao pós-modernismo de resistência - por contraposição ao pós-modernismo celebratório ou afirmativo - passa por potenciar e completar o impulso associado à "viragem cultural" nas ciências sociais - um impulso que tem sido principalmente desconstrutivo e centrado nas representações e formas discursivas - com um trabalho de reinvenção teórica e metodológica caracterizado pela fluidez das fronteiras disciplinares e pela permeabilidade e articulação de diferentes modos de conhecimento e de práticas de posicionamento do pesquisador no terreno enquanto "testemunha articulada" (Dick Hebdige). Esta dupla dinâmica de desconstrução/reconstrução é fundamental para a identificação tanto da complexidade das matrizes de relações de poder, das formas de opressão e de desigualdade e das condições que as tornam possíveis, como das condições de emergência de movimentos e de formas institucionais capazes de articular práticas sociais e políticas emancipatórias adequadas a essa complexidade.

* Comunicação apresentada à Oficina "Teoria Social: Crítica ou Positividade", IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2-5 de Setembro de 1996

Teoria - Do gr. *theoría*, «acto de ver, de observar, de examinar; acto de ver um espectáculo, de assistir a uma festa; *daí*, a própria festa, festa solene, pompa, procissão, espectáculo (...); deputação (das cidades da Grécia às festas solenes do Olimpo, de Delfos e de Corinto *ou* aos templos de Zeus Nemeu, de Apolo Délio); função de teoro; contemplação do espírito, meditação, espírito; especulação teórica, teoria (*em oposição à prática*)», pelo lat. *theoria* « a especulação, a investigação especulativa» (...)

José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, 3º ed., vol. 5, p. 290.

A crítica pós-moderna dos discursos totalizantes, das grandes narrativas e das metanarrativas parece, à primeira vista, pôr em causa a pertinência e a possibilidade da teoria. E, contudo, esta teima em mostrar-se indispensável a todas as tentativas de reconstrução de um pensamento "sem garantias", marcado pelo reconhecimento da importância da contingência, da indeterminação, da complexidade e da situacionalidade. A ideia, aparentemente contraditória, da necessidade de um teoria crítica pós-moderna parece impôr-se com uma força que nos obriga a rever os nossos postulados acerca da necessária relação entre a noção de teoria e as metanarrativas da modernidade. Daí que faça sentido interrogarmo-nos sobre a possibilidade de a teoria, mais do que um objecto definitivamente associado a uma modernidade em crise, poder ser definida como uma *arena* em que se jogam as tensões entre os impulsos regulatórios e emancipatórios e entre a globalização e a localização que marcam a actual fase de transição entre paradigmas epistemológicos e sociais. Procurarei examinar essa possibilidade a partir de um re-exame da etimologia da palavra "teoria". A etimologia constitui um recurso fundamental para a reactivação da dimensão metafórica e da identificação dos significados esquecidos ou dormentes que

permitem transformar a fixidez e suposta univocidade dos conceitos em resultados históricos de um processo progressivo de eliminação de definições alternativas ou de tensões que permitirão, se reconhecidas, proceder a leituras e interpretações diferentes daquelas que se transformaram em hegemónicas e "naturais".

Etimologicamente - e tal como acontece com o termo "ideia" (Jenks, 1995: 1) -, a teoria e o acto de teorizar (*theoréin*) são indissociáveis do olhar, um olhar apropriativo e dominador, o olhar da observação, do exame, da representação (no sentido político do termo, o de deputação), mas também um olhar que nos lembra que estamos, igualmente, perante uma percepção incorporada, algo que nos remete para o domínio do estético e do sensorial, o olhar da contemplação de um espectáculo, da assistência a uma festa, da participação em cerimónias cívicas ou religiosas, mas também da meditação e da especulação, não estrangidas pela subordinação aos imperativos desse "outro" da teoria que é a "prática". A recente "viragem visual" na teoria social e cultural assenta, precisamente, no reconhecimento desta relação entre o conhecimento e a visão - encarada como o mais fiável dos sentidos, permitindo um acesso directo e transparente à realidade -, e no estudo da constituição histórica dessa relação, da construção social e cultural do olhar moderno e da sua desconstrução pós-moderna. As implicações desta orientação para a reconstrução pós-moderna de uma teoria crítica continuam, contudo, em boa parte, por explorar.

Partindo desta breve digressão pelos territórios da etimologia e da metáfora, procurarei apontar algumas pistas de reflexão para essa tarefa urgente de (re)invenção de uma teoria crítica pós-moderna que, como propõe Boaventura de Sousa Santos, se apoie nessas "representações inacabadas" da modernidade que são o princípio da comunidade e a dimensão estético-expressiva (Santos, 1995), dando corpo ao projecto de um pós-modernismo emancipatório e de resistência oposto ao pós-modernismo afirmativo e quietista, um projecto ancorado numa experiência situada de produção do conhecimento, de envolvimento activo com o mundo e de constituição de novas subjectividades.

A modernidade e a teoria, ou o olhar e a regulação

A teoria assume, no projecto socio-cultural da modernidade, um estatuto ambíguo, que a torna, nuns casos, um meio de normalização e de contenção da complexidade, dos particularismos e da indeterminação do real, e, noutros, a expressão da diversidade de interpretações e de idiossincrasias que só o respeito escrupuloso de regras metodológicas rigorosas, permitindo o estabelecimento dos "factos", permitiria manter dentro dos limites da plausibilidade e submeter a uma triagem entre o presumivelmente verdadeiro e o presumivelmente falso. Em ambos os casos, como notou Chris Jenks (1995: 12), o modelo empirista-positivista da ciência moderna conduzia, de facto, a uma situação em que o método, e, em particular, o método enquanto modo de mobilizar adequadamente os sentidos - e, especialmente, a visão, dada a sua capacidade de registo mimético (Taussig, 1993) - como "indicadores inflacionados do real", longe de ser o servidor da teoria, se tornava, de facto, o fundamento e o alicerce desta. É possível, assim, afirmar que, na cultura Ocidental dominada por um "paradigma visual", a capacidade de ver se confunde com a cognição (Jenks, 1995: 1). Mas essa coincidência entre percepção visual e cognição só se realiza através da *disciplina* de um conjunto de procedimentos que garantem que, da infinidade de estímulos que assaltam os sentidos, serão seleccionados e abstraídos aqueles que correspondem à realidade, que permitem distinguir as aparências - ou, como diria Durkheim, as pré-noções - da "realidade". Essa disciplina resultava da "confluência dramática de uma tradição filosófica empírica, de uma estética realista, de uma atitude positivista em relação ao conhecimento e de uma ideologia tecnocientífica" (Jenks, 1995: 14), que atribuía à visão a faculdade de perceber e representar "literalmente" a realidade. Assim, sendo os sentidos os meios privilegiados de conhecimento do real, eles eram-no também dos obstáculos ao conhecimento, quando não disciplinados pelo método científico. A noção de objectividade, associada à operação de observação, permitia garantir que a percepção se tornava em registo de um conhecimento desincorporado, deslocalizado e desterritorializado, independente das circunstâncias particulares da observação e das características individuais e sociais, das crenças e do interesses do observador, desde que garantida com o selo de qualidade do método.

A desparticularização e deslocalização do conhecimento era consagrada através dessa mediação particular que é o texto. Este, pelas

suas características simultâneas de fixação, de transportabilidade e de manipulabilidade, permitia acumular e accionar o conhecimento sem o fazer depender da percepção local e incorporada. Desincorporar, deslocalizar e desterritorializar significava, assim, simultaneamente, *inscrever*. Não esqueçamos, contudo, que os textos assumem predominantemente, na modernidade, a forma de objectos visuais, apreendidos pelo olhar, e compatíveis, como a sociedade da informação tornou claro, com uma diversidade de suportes materiais (Nunes, no prelo). O pressuposto da "fono-logocentricidade" do texto, isto é, da sua associação privilegiada com a palavra sem considerar os *media* em que se inscreve, tende a repetir a operação de desincorporação e desterritorialização que lhe confere, aparentemente, a faculdade de existir de forma imaterial, independentemente dos seus suportes¹. O que hoje conhecemos da actividade de produção do conhecimento científico mostra o papel crucial da inscrição em textos, aparelhos, materiais de pesquisa, representações gráficas ou outros suportes como condição de existência e de circulação desse conhecimento (Latour, 1987; Lynch e Woolgar, 1990).

O olhar distanciado e desincorporado, o olhar "objectivo" e desapassionado do cientista, o olhar associado à actividade de teorização é um olhar que reduz a percepção à cognição e que torna esta inseparável da capacidade de normalizar, de prever, de regular, de dominar, de legislar. As metáforas ópticas ocupam uma posição central nesse projecto, como se torna manifesto quando se considera a associação do termo "teoria" com o olhar, a visão, o espelho, o reflexo, o exame, a observação. O *panóptico* como dispositivo último de vigilância através da indissociabilidade do poder e do saber tornou-se uma metáfora omnipresente, desde a obra de Foucault, nos discursos sobre o poder disciplinar, a vigilância e a regulação. Inversamente, e como lembrou bell hooks (1992: 340) a propósito dos negros nos Estados Unidos durante os períodos da escravatura e da segregação racial, a condição de dominado estava ligada a uma invisibilidade social que se convertia, para todos os efeitos práticos, numa invisibilidade literal, e à proibição, para os dominados, de observar os dominantes, ou seja, de exercer sobre eles a operação de olhar para conhecer.

As concepções distópicas da sociedade da informação exploraram até

¹Sobre a exploração visual da relação entre o texto e a imagem ou a palavra e a imagem pelas vanguardas artísticas e, em particular, pelos Dadaístas e Surrealistas, veja-se Welchman, 1995.

às últimas consequências as implicações dessa capacidade para ver e dominar através do "olhar de Deus", um olhar desincorporado, capaz de tudo conhecer por não estar dependente dos limites de um olhar parcial e situado porque incorporado. A teoria, nas suas diferentes manifestações, estabeleceu como seu horizonte a ambição de um conhecimento capaz de permitir uma intervenção normalizadora baseada na regulação e legislação do mundo natural e social. Essa ambição não era ameaçada pelo seu desdobramento num conjunto de teorias especializadas, agrupadas por disciplinas e áreas do saber, de que a teoria social era um dos ramos. Delimitar o âmbito de validade e de aplicação de uma forma de conhecimento não seria senão o primeiro passo no sentido da criação de uma ciência única, integrada, capaz de descrever, explicar e prever todos os tipos de fenómenos recorrendo a procedimentos baseados na redução do complexo ao simples, do contingente ao determinado, do irreversível ao reversível, segundo o modelo da física newtoniana e através da garantia de procedimentos metodológicos apropriados. Às próprias ciências sociais foi vaticinado um futuro confortável, desde que conseguissem ultrapassar as dificuldades inerentes à sua juventude e falta de maturidade, isto é, desde que conseguissem organizar-se segundo o modelo da física. Mesmo aqueles que inspiraram a viragem construtivista na história e na sociologia da ciência, como Thomas Kuhn, não deixaram de apontar, criticamente, para o carácter "pré-paradigmático" das ciências sociais, que as tornava menos ciências do que as ciências paradigmáticas como a física. Em contrapartida, algumas áreas do conhecimento, como as humanidades, eram encaradas como não-teorizáveis no sentido em que as ciências "duras" e - ainda que potencialmente - as ciências sociais o eram, sendo o seu conhecimento essencialmente idiográfico, associado a uma descrição particularizante.

A teoria foi geralmente entendida em oposição a, ou em tensão com, vários "outros", como a prática, a pesquisa empírica, a experiência ou a política. Esses "outros" correspondiam, invariavelmente, a instâncias incorporadas, territorializadas e localizadas de relação com o mundo. A teorização implicava a confinamento desses "outros" a procedimentos policiados por uma vigilância epistemológica que garantia a objectividade do conhecimento pela imposição de protocolos de pesquisa pré-definidos de acordo com critérios de validade e de fiabilidade consagrando a estrita separação entre sujeito e objecto, facto e opinião, prova e valores, epistemologia e estética, ciência e política. Daqui decorria, invariavelmente, a trivialização, irrelevância e conseqüente invisibilização das formas de

experiência e de conhecimento não conformes aos cânones da "boa" prática científica².

O projecto de uma teoria crítica tinha em vista tornar explícita a relação entre a teoria e a política, denunciando o *superavit* de regulação associado ao conhecimento científico e propondo um conhecimento alternativo, susceptível de ser mobilizado para a realização do projecto emancipatório prometido pela modernidade. Como mostrou Adorno, contudo, a esperança de fazer assentar o projecto emancipatório na esfera cognitiva reproduzia as relações de dominação inscritas no projecto da modernidade - como foi dramaticamente demonstrado pelas apropriações políticas da teoria da modernização e do marxismo. A teoria crítica, na versão tardia proposta por Adorno, passava pelo reconhecimento de que a teoria não poderia cumprir a sua promessa de reunificação com uma prática política emancipatória, e que era na esfera estético-expressiva - e, em particular, nas expressões mais afastadas da referência explícita ao mundo social - que seria possível localizar o último reduto da energia emancipatória. Walter Benjamin - que exerceu sobre o pensamento de Adorno uma influência decisiva - procuraria enfrentar este dilema através de uma tentativa de reconciliação entre a promessa emancipatória da arte e a realização dessa promessa numa política. A sua reflexão sobre as virtualidades da reprodução mecânica dos bens culturais como recurso para uma política progressista contribuiria para tornar ainda mais visível essa tensão central que atravessou a teoria crítica: a tensão entre o impulso esteticista e modernista que vê na autonomia da arte o último reduto das energias emancipatórias, por um lado, e o projecto vanguardista de uma reunificação da arte e da política, por outro. Como criatura da modernidade, a teoria crítica não foi capaz de se pensar para além dela, movendo-se num plano subparadigmático, procurando nos limites do paradigma da modernidade o rumo emancipatório que este havia já perdido.

Um aspecto posto em evidência por vários críticos, como Martin Jay, foi o da relação entre, por um lado, várias correntes críticas ou alternativas dentro do projecto socio-cultural da modernidade - como os movimentos de vanguarda, mas também correntes críticas da tecnologia inspiradas pelo cristianismo, por exemplo - e a denúncia e o denegrimiento do que Jay designa por *oculocentrismo*, uma centralidade da visão associada aos discursos epistemológicos constitutivos da modernidade, em particular o

²Sobre as tensões entre a teoria e os seus "outros", veja-se Jay, 1996.

regime escópico do cartesianismo que subjaz à ciência moderna³, configurando uma tensão entre o que Mitchell designou por *iconoclastia* e *idolatria* (Mitchell, 1986). Dada a já referida relação entre a dominação e a regulação, por um lado, e a centralidade do olhar, por outro, essa crítica do oculocentrismo, que culmina na obra de Foucault e na sua caracterização do panóptico como a expressão suprema da dominação pelo olhar totalizante, do poder/ saber, do poder disciplinar, alargado às imagens distópicas de uma "sociedade da vigilância", assente nas novas tecnologias da informação - prefigurada no *1984* de Orwell -, não nos surpreenderá que o olhar e a visão tenham sido preteridos em favor do primado da palavra, das possibilidades de uma democracia discursiva e de uma racionalidade comunicativa que encontra na obra de Habermas a sua expressão mais elaborada, enquanto recurso para a prossecução de projectos emancipatórios.

O pensamento pós-moderno, como é sabido, tomou como um dos seus alvos predilectos a ideia de teoria entendida como esquema explicativo e predictivo de fenómenos naturais e sociais. Uma das contribuições mais importantes e duráveis desta crítica foi a identificação das teorias com narrativas - as metanarrativas ou grandes narrativas da modernidade. Noutra plano, a teoria foi criticada como uma manifestação de etnocentrismo e de redução dos modos de compreensão do Outro aos recursos da modernidade Ocidental e, em particular, às formas de divisão e demarcação entre a teoria e a política (Bhabha, 1994). Poderia parecer, por isso, que o interesse pela teoria seria incompatível com os postulados básicos do pós-modernismo e, nomeadamente, com o privilegiar da diferença, da heterogeneidade, da hibridação, da contingência e do local que caracterizam a transição paradigmática em curso. Contudo, não deixa de ser curioso notar que, enquanto a teoria era denunciada como uma forma de contenção e redução do conhecimento nas ciências sociais e em algumas das ciências "duras", ela viria a tornar-se um importante meio de abertura crítica e de denúncia dos estrangimentos à produção do saber nas humanidades (Jay, 1996). Os estudos culturais nasceram, em grande medida, deste esforço de desenvolvimento da teoria e da sua transposição entre disciplinas e especialidades. Mas esta importância crescente da teoria foi acompanhada de uma também crescente centralidade da dimensão estético-expressiva como tema do debate teórico. Na sua primeira fase, a "viragem cultural" nas

³Sobre este tema, veja-se a discussão em Rorty, 1979.

ciências sociais foi, como veremos, marcada por essa centralidade do estético e, em particular, por uma renovada atenção ao visual e à percepção⁴. Pode-se dizer que a viragem cultural criou as condições para uma reformulação do tema da relação entre o estético e o cognitivo que, como foi já lembrado, está inscrito na etimologia da palavra *teoria*, e que essa reformulação foi decisiva para a possibilidade de uma reflexão crítica pós-moderna.

A pós-modernização da teoria social: as duas fases da viragem cultural

Os cientistas sociais, à semelhança de outros produtores culturais, constroem o seu conhecimento na confluência de uma tradição científica no essencial herdeira do século XIX e de um envolvimento com um mundo em transformação, em que promessas utópicas e prenúncios de distopias conspiram para tornar cada vez mais complexas e indeterminadas as dinâmicas sociais e culturais (Wallerstein, 1991; Santos, 1995). Pós-modernidade e transição paradigmática são os nomes que, respectivamente, designam a condição emergente destas dinâmicas e as transformações epistemológicas e societais que lhes estão associadas. Como sugeri noutro lado a propósito da relação entre a sociologia e a ficção científica (Nunes, no prelo), as ciências sociais parecem apresentar, neste contexto, interessantes afinidades com as formas culturais que dão expressão às diferentes versões do que designarei provisoriamente por "realismo mágico" na cultura contemporânea, uma capacidade de interrogação do real e de enunciação performativa de uma nova relação entre as esferas da cognição, da estética e da moral, cuja separação e autonomia a modernidade procurou afirmar e legitimar⁵. Nesta perspectiva, o conhecimento exigido às ciências sociais pós-modernas terá de ser, simultaneamente, mais e menos do que o conhecimento convencional, articulando, por um lado, formas de experiência, de conhecimento e de racionalidade que não se cingem à racionalidade cognitivo-instrumental e que são situados ou localizados, mas renunciando,

⁴Existe uma literatura crescente sobre a viragem cultural e, em particular, sobre a percepção e as representações visuais. Para algumas das contribuições mais interessantes, veja-se Jay, 1993; Jenks, 1995; Welchman, 1995; Taylor, 1994; Lynch e Woolgar, 1990; Buck-Morss, 1989; Jameson, 1990, 1991, 1992; Wallace, 1990; Taussig, 1993. Para uma discussão da viragem cultural a partir da sociologia, veja-se Chaney, 1994. O projecto da revista *Theory, Culture and Society* aparece como a expressão mais influente e persistente desse processo.

⁵Sobre esta concepção alargada do realismo mágico, veja-se os ensaios reunidos em Zamora e Faris, 1996.

ao mesmo tempo, à ambição panóptica do cientista social-rei, através de uma incorporação no discurso científico social das condições de produção desse conhecimento e dos seus limites e da participação na constituição de um espaço dialógico de enunciação de novas formas de envolvimento com o mundo e de conhecimento deste. É esse o espaço de emergência de uma teoria crítica pós-moderna, um espaço que é, simultaneamente, um espaço de reinvenção do princípio da comunidade e que passa, hoje, por um envolvimento privilegiado com os sujeitos colectivos emergentes, nomeadamente os novos movimentos sociais organizados em torno de temas como a ecologia, a paz, os direitos humanos, os direitos das mulheres e das minorias étnicas e sexuais ou a luta contra a SIDA/AIDS, e com novas instituições e organizações - nomeadamente as organizações não-governamentais - ligadas às diversas arenas do combate pela emancipação num mundo globalizado⁶.

Homi Bhabha (1994) observou que a teoria é o resultado emergente de uma negociação - ou, como diria Stuart Hall, de uma articulação - entre elementos e dinâmicas contingentes, opostos ou diferenciados, não sendo o resultado dessa negociação separável do processo que o produz, o processo de *teorização*. É cada vez mais visível que a topologia do território da teoria social cada vez menos assume a forma de *regiões* integradas, delimitadas e diferenciadas por referência a autores, correntes ou tradições, e que mesmo a tentativa de definir especialidades tende a perder terreno a favor de configurações em *rede* (organizadas em torno de temas ou de constelações de temas) ou de *espaços fluidos*, caracterizados por uma erosão ou negociação de fronteiras, por uma hibridação das formas de conhecimento e de actividade social, e por um desenvolvimento activo da transposição metafórica, da articulação de novas linguagens (Law e Mol, 1994). Assume particular relevância, aqui, a fluidificação das fronteiras entre as ciências naturais, sociais e as humanidades, dando origem a novas configurações de saberes e de racionalidades que, sendo articulados localmente, têm implicações no modo como são concebidas as relações entre o local e o global.

A viragem cultural coincide, em boa parte, com as transformações na

⁶Sobre o projecto político pós-moderno de reinvenção da comunidade, através de uma vinculação privilegiada aos movimentos sociais, veja-se os ensaios incluídos em Nicholson e Seidman, 1995.

topologia da teoria. A década de 1980 e os primeiros anos da década de 90 foram marcados por uma primeira fase da viragem cultural, correspondendo ao privilegiar da dimensão estética e a uma aproximação das ciências sociais às humanidades, no quadro transdisciplinar dos estudos culturais. A segunda fase, emergente, parece conferir uma crescente atenção à dimensão ética, aproximando as ciências sociais e a filosofia política (Lash, 1996).

A "esteticização" da teoria social teve expressão não só no reconhecimento dos aspectos estéticos, literários e narrativos dos processos de teorização, mas também da necessidade de novos mapas cognitivos adequados ao mundo emergente das dinâmicas de globalização e da transição pós-moderna e da "sociedade da cultura" ou "sociedade semiótica" que, segundo alguns autores, teria sucedido (ou estaria em vias de suceder) à "sociedade material" (Lash, 1996; Lash e Urry, 1994). Esses novos mapas cognitivos confundem-se, em boa parte, com mapas estéticos, traçados pela literatura, pelo cinema ou por diferentes formas de arte e de expressão cultural. Deste modo, foi possível, também, procurar a teoria em lugares donde ela parecia ausente, e trazer para o centro da teoria social lugares e temas que antes estavam nas suas margens, nomeadamente uma diversidade de formas de expressão cultural oriundas das margens da cultura legítima, tanto nas sociedades centrais como nas sociedades semiperiféricas e periféricas. A ficção científica, a literatura e o cinema de inspiração feminista, a literatura da América Latina, a produção literária e ensaística dos intelectuais diaspóricos ou o chamado "Terceiro Cinema" (Shohat e Stam, 1994) são apenas algumas das expressões desta dinâmica. Pode-se dizer que a invenção teórica, neste caso, recorre a uma apropriação *heterotópica* de linguagens e de narrativas que são deslocados e reconfigurados das margens para o centro do discurso teórico (Santos, 1995).

Sendo o discurso teórico um género e uma forma de representação, ele está sujeito a convenções e a constrangimentos, como todas as formas de representação (Becker, 1986; Santos, 1995; Jameson, 1991): a selecção do que é incluído e do que é dito, com as consequentes exclusões e silêncios, a escala em que os fenómenos são representados, as limitações próprias da linguagem utilizada, do modo como se traduz ou simboliza na linguagem do *medium* a que se recorre e das convenções do género a que se faz referência aquilo que se pretende representar, as formas de "arrumar" ou organizar a representação, conferindo maior visibilidade a certos elementos do que a outros, a própria operação de interpretação, que acompanha a elaboração

de representações em todas as suas fases. Estes constrangimentos estão ligados tanto às convenções genéricas a que se refere a operação de representação como ao *medium* através do qual a representação acede à existência e se torna um objecto material, comunicável e transmissível. Contudo, como sugeri noutra lado (Nunes, no prelo), sendo as convenções social e culturalmente construídas, é possível rearticular convenções associadas a diferentes géneros e a diferentes *media*, de forma a produzir objectos cognitivos ou estéticos híbridos e inovadores. A título de exemplo, veja-se a dinâmica da transposição metafórica e dos conceitos nómadas, hoje comum nas ciências da natureza⁷. Mas esta dinâmica tem outras implicações para além das especificamente cognitivas. Ela põe em causa a rigidez das fronteiras e dos territórios que separam o cognitivo do estético e do moral, a teoria da política, o conceito da metáfora, a descrição científica e a análise da narrativa.

A fecundidade desta perspectiva tornou-se evidente no decorrer de um seminário por mim orientado no quadro do Programa de Mestrado e Doutoramento da FEUC. A discussão da globalização e da condição pós-moderna, das linguagens e representações destas - recorrendo a metáforas como as da viagem, do espaço, do corpo, do sistema imunológico, da cartografia, da topologia - passaram pela referência à literatura, ao cinema, à televisão, à música, à banda desenhada e, em geral, às artes. Esta diversidade de géneros e formas de expressão sugeriram recursos e formas alternativas de produção de discursos e representações que podem ser apropriados para uma renovação do saber científico-social mais sensível aos aspectos metafóricos e narrativos da teorização⁸. A título de exemplo, pode-se mencionar a insistência de Michele Wallace (1990), Paul Gilroy (1987, 1993) ou bell hooks (1992) na importância do visual, do olhar, da aparência, da cor, mas também da música, do ritmo e da sua incorporação através da dança na constituição da subjectividade e da cultura dos africanos-americanos (e não seria difícil construir um argumento semelhante para o Brasil...). O logocentrismo da teoria moderna levou a minimizar estes aspectos, ou a reduzi-los ao que podia ser dito através dos discursos críticos

⁷A este propósito, Jenks (1995: 14) chama pertinentemente a atenção para o carácter irremediavelmente metafórico de todos os discursos sobre o social.

⁸A demonstração, por Fredric Jameson (1990, 1991, 1992), de como os filmes funcionam como mapas cognitivos, constitui um importante ponto de partida para uma reflexão análoga sobre outras formas culturais.

ou acadêmicos dominantes. Ignorar estes temas implica silenciar aspectos determinantes do conhecimento da sociedade e da cultura, das relações de poder, das formas de exclusão e de opressão que não podem ser "ditas" pelo conhecimento fundado na teoria convencional. Pode-se dizer, por isso, que aquilo que frequentemente é apontado como uma trivialização associada à condição pós-moderna, uma preocupação com a superfície e a aparência, constitui, para todos aqueles que vivem experiências de opressão, de exclusão ou de desigualdade baseadas precisamente na aparência e no modo como se constitui a sua visibilidade ou invisibilidade social - minorias étnicas e raciais, mulheres ou minorias sexuais, por exemplo -, uma importante contribuição para colocar no centro da agenda de uma teoria crítica renovada aquilo que só é trivial para aqueles que, por serem brancos ou homens e se poderem apresentar em público de acordo com os padrões culturais dominantes, não têm de se preocupar com a relação entre a "superfície" e a dominação, a exclusão e o sofrimento dos que se situam nas "margens". É neste sentido, por exemplo, que, na vida quotidiana, é "trivial" ser branco ou homem, ou que, para os teóricos liberais, a discriminação baseada na raça ou no sexo é apenas um preconceito que a educação e a afirmação e imposição da igualdade formal no plano dos direitos cívicos e políticos eliminará progressivamente. O "superficial" e o "trivial" da raça e do sexo, contudo, são, de facto, manifestações incorporadas, territorializadas e localizadas de relações de poder, de desigualdade, de opressão, que não podem ser reduzidas a uma mera "diferença". Por outro lado, a atenção ao estético - e, em particular, ao visual - veio permitir uma melhor compreensão do modo de funcionamento das imagens e representações visuais como modos de dizer a verdade oficial sobre o mundo e de legitimar a ordem social (Fyfe e Law, 1988).

Estas reflexões podem servir-nos de ponto de partida para "despensar" a teoria, revelando os seus não-ditos, as exclusões e os silêncios que as concepções convencionais do conhecimento não permitem identificar. Essas exclusões e silêncios significam a exclusão e o silenciamento daqueles que não dispõem do acesso aos recursos cognitivos necessários à produção teórica, nem à produção de um conhecimento legítimo segundo os cânones hegemónicos. Assim, a "viragem visual", enquanto momento da viragem cultural, não implica necessariamente a afirmação e celebração da "sociedade do espectáculo" ou do "simulacro". Ela representa um importante avanço na interrogação crítica dos modos específicos de funcionamento da dominação e da opressão através da deslegitimação de formas não-

canónicas de produção de conhecimento ou da desvalorização do conhecimento não fundado nos cânones da ciência moderna e nas práticas e convenções das instituições de produção do saber dominante, e Neste sentido, pode-se dizer que a "viragem visual" aponta para a subjectividade barroca de que nos fala Boaventura de Sousa Santos, uma subjectividade que "rejeita a distinção entre a aparência e a realidade" característica da ciência moderna, recusando, ao mesmo tempo, as hierarquias fundadas nessa distinção e tratando com seriedade as *formas*, consideradas como a expressão por excelência do exercício da liberdade (Santos, 1995: 501-502).

Noutro plano, a forma transgressiva como termos associados ao primado da racionalidade cognitivo-instrumental foram subvertidos através da sua associação com os seus presumíveis contrários - como no caso do realismo mágico ou "real maravilloso" - ajudaram a pôr em evidência o potencial crítico da primeira fase da viragem cultural. Uma das principais contribuições desta fase "estética" da viragem cultural foi a recuperação da importância do sensorial e da percepção na produção do conhecimento e na organização da experiência, permitindo reconhecer o carácter incorporado do conhecimento e, por conseguinte, a impossibilidade de um "olhar de Deus" sobre o mundo. É possível detectar, aqui, uma convergência com os temas fulcrais da reflexão feminista e pós-colonial sobre a experiência e o conhecimento, como os do conhecimento situado e da subjectividade situada, bem como com o domínio em expansão da pesquisa sobre a incorporação de conhecimentos, crenças e informação em objectos materiais ou em extensões do corpo e dos sentidos, de que se têm ocupado os estudos sociais da ciência e tecnologia e a crescente literatura sobre os *cyborgs* e a cibercultura (Haraway, 1991; Gray, 1995).

Daqui se pode concluir que este processo de "esteticização" da teoria e da pesquisa nas ciências sociais e nos estudos culturais não pode ser desligado de uma crescente preocupação com a ética e com a política. Seria de esperar, por isso - como efectivamente parece estar a acontecer -, que a viragem cultural nas ciências sociais passasse, numa segunda fase, a conferir uma maior importância a estes temas.

Mais do que explorar em pormenor um processo ainda nos seus inícios - e que justificaria uma discussão separada -, limitar-me-ei a registar o desenvolvimento, nas ciências sociais, da pesquisa sobre temas como o risco, o sofrimento, a solidariedade ou a justiça. Também aqui, muito há a

aprender com outras formas de expressão cultural que permitem revelar, através de uma interpelação das emoções, o que o discurso teórico tende a silenciar ou a declarar irrelevante. Noutro plano, e referindo-me à área de pesquisa em que me encontro directamente envolvido, os recentes debates e experiências em torno da política dos estudos sociais da ciência e tecnologia, sobre a relação entre a crítica epistemológica e a crítica política da ciência e da tecnologia e sobre o carácter necessariamente situado, dialógico e local da produção de uma ciência contra-hegemónica, susceptível de apropriação por parte dos cidadãos, das comunidades locais, de movimentos sociais e de grupos e colectivos dominados são exemplos do que pode ser uma ciência social envolvida de modo dialógico com diferentes formas de conhecimento e de experiência e atenta às implicações éticas e políticas da sua prática. A urgência em desenvolver este tipo de intervenção revela-se de forma dramática no caso de temas como o combate à SIDA/AIDS e ao cancro, os problemas ambientais, a chamada "doença das vacas loucas" e outras formas de risco associadas ao consumo alimentar ou as experiências científicas e a utilização de tecnologias envolvendo riscos ambientais e sociais⁹. Estes são alguns dos domínios em que estão a ser ensaiados, ainda que de forma tímida e parcial, os primeiros passos para esse novo senso comum de que nos fala Boaventura de Sousa Santos.

Para uma teoria crítica pós-moderna: da descanonização à viragem política

A teoria crítica pós-moderna pressupõe uma redefinição dos jogos de linguagem e das formas de vida em que o termo *crítica* adquire sentido. Este termo está associado, num primeiro momento, à *descanonização* da teoria e ao reconhecimento da sua indispensabilidade para o momento desconstrutivo e para a dinâmica reflexiva a que obriga a construção de um projecto emancipatório na transição pós-moderna. Descanonizar significa não só reconhecer o carácter histórico e contingente das fronteiras que delimitam a teoria dos seus outros discursivos e, por conseguinte, as possibilidades de transgredir, diluir ou redefinir essas fronteiras, mas também a centralidade da metáfora e da narrativa na organização do conhecimento sobre o mundo e da transponibilidade das metáforas e narrativas entre contextos e domínios da vida social. Finalmente,

⁹Sobre estes problemas, veja-se, em particular, Irwin, 1995; Irwin e Wynne, 1996, e Ashmore e Richards, 1996.

desanonizar significa reinventar os modos de articulação entre a dimensão cognitiva, a dimensão estética e a dimensão moral numa nova política emancipatória, ligada a uma teoria sem as garantias das metanarrativas da modernidade, relocalizando o pesquisador nessa zona de "instabilidade oculta" de que falava Fanon.

A teoria emerge de um processo de produção de conhecimento que é simultaneamente global e local, e que procede pela enunciação da diferença cultural e pela *iteração* que permite articular continuidades e descontinuidades em novas configurações de formas de conhecimento, de racionalidades e de jogos de linguagem/formas de vida. Essa enunciação e iteração são marcadas pela localização no espaço e no tempo, pela irreversibilidade e pela contingência, e não geram uniformidades ou homogeneizações, mas antes novas diferenças baseadas na tensão entre a continuidade e a descontinuidade resultante dos processos situados de articulação e de enunciação¹⁰.

A importância dos processos de desterritorialização/reterritorialização na reinvenção da pesquisa social e cultural está bem patente no modo como a experiência do "realismo mágico" na América Latina pode ser reapropriado para o projecto de um pós-modernismo crítico nas sociedades centrais. Muitos dos críticos e comentadores das culturas latino-americanas sublinharam o modo como, para estas, o hibridismo, a heterogeneidade e a circulação de recursos estéticos e expressivos entre o oral e o escrito, entre o "nativo" e o Europeu, entre o "moderno" e o "tradicional", a heteroglossia e a multivocalidade da ficção, a própria concepção do realismo mágico como modo de manter em aberto e em circulação estas dinâmicas, de tornar reversível a relação entre o "real" e o imaginário, de redefinir a história como os possíveis não realizados, aparece como um exemplo do modo como muitos dos fenómenos associados, no mundo "Ocidental", ao pós-modernismo e aos "fins" e "mortes" que, alegadamente o caracterizariam - da ideologia, do sujeito, do real, da política, do social, da razão, etc. - podem, num contexto como o Latino-Americano, em que se mantém forte o vínculo entre a cultura e a política, mostrar-nos a possibilidade de um outro pós-modernismo, apontando para a reinvenção do impulso e de práticas emancipatórias que se alimentam, precisamente, da contingência, da

¹⁰ Neste sentido, veja-se as propostas de Benitez-Rojo, 1992; Sangari, 1987; Collins, 1995.

heterogeneidade e da hibridação. A desterritorialização/reterritorialização deste "outro" pós-modernismo permite deslocar as margens para o centro através de uma "política *situacional* de resignificação crítica da própria operação de transferência cultural" (Richard, 1993: 161) e, nesse processo, abrir caminho a uma reinvenção da utopia como heterotopia.

A realização prática da teoria crítica pós-moderna passa pela admissão de uma pluralidade de formas textuais e de representação e expressão, que vão da possibilidade de textos convencionais e "cognitivistas", passando pelo ensaio ou pela discussão teórica, à produção de objectos não-convencionais ou híbridos, associando as dimensões cognitiva, estética e moral, e recorrendo a diferentes *media* e tecnologias expressivas e de representação - diários, cartas, entrevistas, diálogos, documentários, panfletos polémicos, ensaios fotográficos, cinema, vídeo, ficção, arte conceptual, instalações, poesia, graffiti, etc. -. A experimentação literária e expressiva será, sem dúvida, um meio fundamental para a emergência e articulação dessa teoria¹¹. A tolerância discursiva torna-se, nestas condições, um imperativo ético e epistemológico.

A descanonização da teoria corresponde a um primeiro momento, um momento desconstrutivo, da reinvenção pós-moderna da teoria crítica. A este momento é indispensável associar um segundo, o da reconstrução, que passa por articular os processos emergentes do momento desconstrutivo associado à viragem cultural - nas suas duas fases dominadas, respectivamente, pela preocupação com a dimensão estética e pela redescoberta da dimensão ética - em formas de acção capazes de fundar práticas de resistência aos excessos de regulação e de fazer convergir os movimentos sociais que incorporam as dinâmicas de emancipação com a invenção de formas institucionais capazes de lhes conferir durabilidade sem rigidez, sem a qual não pode haver processos de transformação social. Este momento reconstrutivo implica uma consideração explícita da *política da teoria*. Ele esteve sempre presente no trabalho de todos os que se recusaram a reduzir a teoria à afirmação e celebração da condição pós-moderna, contrapondo a estas a defesa e exploração da possibilidade de um pós-

¹¹Apontando nesse sentido - e para mencionar apenas alguns dos meus exemplares preferidos da produção recente nas ciências sociais e nos estudos culturais -, veja-se Santos, 1995; Taussig, 1987, 1993; Hebdige, 1988, 1993; Burnham, 1995; Haraway, 1992; Latour, 1992, hooks, 1994, Scheper-Hughes, 1993. Procurei alargar esta discussão a outras formas de produção cultural em Nunes, no prelo.

modernismo crítico e de uma teoria crítica "sem garantias".

A teoria crítica pós-moderna caracteriza-se pelo seu *poder interrogativo*, e não pelo seu *poder legislativo*. Não lhe cabe dizer como deve ser ou como terá de ser o mundo, mas mostrar como ele pode ser de outra maneira, pôr em relação o que normalmente se separa e separar o que aparece como estando necessariamente ligado. O poder interrogativo da teoria crítica exerce-se, por um lado, através de uma arqueologia do presente, um "escavar virtual" dos "silêncios, silenciamentos e interrogações não formuladas" (Santos, 1995: 481) e, por outro, através da prática da *articulação*, no duplo sentido de enunciação performativa e de criação de ligações entre elementos e processos não necessariamente ligados entre si (Grossberg, 1996; Slack, 1996; Hebdige, 1993). A teoria crítica pós-moderna é um modo de intervir *no* mundo, e não de intervir *sobre* o mundo, recusando-se a substituir os saberes e experiências dos actores envolvidos neste por um conhecimento "superior" e por uma capacidade de acção legitimada por esse saber. O conhecimento emergente deste processo caracteriza-se por uma constelação de saberes, racionalidades, experiências e formas de expressão, configurando um novo senso comum. A teoria crítica é, nesta perspectiva, uma teoria vinculada aos contextos da sua enunciação e à permanente confrontação com novos contextos, de modo iterativo, construindo, deste modo, uma nova relação entre o local e o global, entre a singularidade e a generalidade, sublinhando o que Ernesto Laclau chamou a "dignidade do específico", e determinando a validade dos seus enunciados a partir das consequências do seu envolvimento com o mundo. Nos termos de Hebdige (1993: 201), a teoria crítica pós-moderna substitui a política da representação (o "falar em nome de") por uma *política performativa da articulação*¹².

A articulação designa simultaneamente uma "correspondência não-necessária" entre elementos diferentes e uma "performance" que realiza praticamente essa correspondência (Hebdige, 1993: 200-201), e que permite dar um conteúdo positivo à ideia de que "difference connects" (Jameson, 1991: 345). Esses elementos diferentes que são articulados podem corresponder a constelações de pertenças e de subjectividades sociais, que, não sendo necessariamente coerentes entre si, coexistem nos mesmos indivíduos. O accionamento selectivo e em situação dessas pertenças e subjectividades permite-nos, com Hebdige, descrever o pesquisador, na sua

¹²Os parágrafos seguintes retomam e desenvolvem temas anteriormente abordados em Nunes, no prelo.

relação com os "terrenos" ou "objectos" da pesquisa, como uma "testemunha articulada", uma testemunha de processos e acontecimentos posicionada *num* terreno, contraposta à concepção convencional do pesquisador como observador ou etnógrafo, produtor de um conhecimento (ainda que reflexivo, multivocal ou dialógico), posicionado ou não, *de* um terreno (Hebdige, 1993: 207). Note-se que a noção de *testemunha* está associada à ideia da transmissão de uma experiência que passa por um envolvimento sensorial e, nomeadamente, por uma relação visual em primeira mão com aquilo de que se pretende dar testemunho. A testemunha articulada, contudo, vai mais longe, realizando o duplo trabalho de enunciação e de ligação que caracteriza o poder interrogativo da teoria crítica pós-moderna, o poder de problematizar e de "sugerir ao olhar" o que os discursos dominantes ocultam ou silenciam, abrindo assim novos espaços para imaginar outros possíveis. A condição do pesquisador como testemunha articulada torna possível a passagem de um realismo etnográfico que reproduz as hierarquias e desigualdades associadas à produção da ciência moderna por um novo realismo - a que Hebdige chama "realismo mágico" - capaz de incorporar outros modos, eles próprios híbridos e transgressivos, de avaliação da experiência do contacto do investigador com o terreno - e que, no caso dos fenómenos culturais, implica um envolvimento com estes e com os actores que deles dão parte, capaz de respeitar a especificidade da experiência do envolvimento com esses fenómenos, sem os reduzir unilateralmente a objectos de conhecimento desligados das condições locais da sua emergência e existência. Se as desigualdades e hierarquias não deixam de existir, elas tornam-se, contudo, sujeitas às características contingentes das situações em que o conhecimento é produzido.

A articulação, recordemo-lo, permite pôr em relação o que não está necessariamente ligado, e, em particular, ligar o que a diferenciação de esferas característica do pensamento moderno insistiu em separar¹³: o epistemológico e o político, o cognitivo, o estético e o moral, o individual e o colectivo, o abstracto e o concreto, o geral e o particular, o sujeito e o objecto, a realidade e a ficção, o global e o local. Articular significa não só estabelecer relações não-contingentes e necessárias, como também criar os modos de lhes dar expressão ou de as enunciar. O testemunho articulado baseia-se nos princípios do dialogismo e da multivocalidade, da retórica dialógica, da

¹³E em transgredir permanentemente, ao mesmo tempo que a afirmava (Latour, 1991, Nunes, 1996a, no prelo)...

hermenêutica diatópica (Santos, 1995) e da reflexividade, da tolerância discursiva e da experimentação e hibridação discursivas e representacionais. Estes princípios não são simplesmente epistemológicos, permitindo a produção de um conhecimento mais apropriado à complexidade e contingência do terreno, mas também, e inseparavelmente, éticos¹⁴ - conduzindo a uma explicitação das obrigações que vinculam os diferentes participantes nos encontros situados - e estéticos, obrigando a alargar o leque de possibilidades expressivas, através da apropriação e reconfiguração de diferentes recursos genéricos e mediáticos. O pesquisador enquanto testemunha articulada envolve-se, assim, em primeira mão, com as práticas associadas a contextos e formas de actividade variadas, desde as que estão directamente ligadas à produção estética, científica ou de informação, ao trabalho industrial, agrícola ou nos serviços, às práticas de sobrevivência de excluídos e marginalizados, à participação cívica e política, passando pelas actividades de lazer e de apropriação de bens culturais, pelo "shopping" e pela assistência doméstica à televisão.

A posição a partir da qual procuro explorar as potencialidades do testemunho articulado é a de um cientista social trabalhando numa formação social da semiperiferia europeia, caracterizada por uma cultura de fronteira. A intermediação entre o Norte e o Sul é, também no domínio da reflexão sobre a teoria, uma característica decorrente desta posição. Parece-me adequado, por isso, praticar essa intermediação evocando algumas semelhanças e diferenças entre a ideia do testemunho articulado e a do *testimonio*, essa forma particular de narrativa da experiência desenvolvida na América Latina. Este exercício permitirá pôr em relevo as possibilidades e as dificuldades que atravessam o processo de "aprender com o Sul" (Santos, 1995: 506-518), , uma das condições indispensáveis à reconstrução de uma teoria crítica pós-moderna genuinamente assente numa perspectiva não-eurocêntrica e multicultural. .

À partida, o testemunho articulado e o *testimonio* parecem estar separados pelo modo diferente como definem e posicionam os *autores* do

¹⁴Cf., a este propósito, Shields, 1996; Gardiner, 1996a, b; Santos, 1995. Este é um tema que atravessa a reflexão feminista e a teoria pós-colonial (cf., entre outros, Haraway, 1991; hooks, 1990, 1992, 1994; Bhabha, 1994; Chambers e Curti, 1996; Shohat e Stam, 1994). Também nos estudos sociais da ciência tem vindo a emergir o debate sobre estas questões. Veja-se, nomeadamente, as referências da nota 9.

conhecimento e a própria natureza do conhecimento que produzem. Enquanto o testemunho articulado diz respeito a um envolvimento do pesquisador - que pode ser um cientista social, um artista, um crítico ou um activista cultural - num terreno e com outros actores, mantendo a iniciativa da produção das formas de expressão através das quais se realiza o poder interrogativo da teoria e em que se inscreve ou incorpora o conhecimento emergente desse envolvimento, já o *testimonio* é apresentado por alguns dos seus promotores e divulgadores como uma manifestação de uma autenticidade cultural baseada na experiência social da subalternidade, da dominação e da resistência, assumindo o pesquisador um papel de *facilitador* ou de "parteiro" dessa experiência, conferindo-lhe uma forma que permita a sua publicação e partilha, mas sem que tal implique uma subordinação aos cânones culturais - e, nomeadamente, aos cânones literários hegemónicos. Alguns comentadores, numa posição que converge com a dos críticos pós-modernos, vêem o *testimonio*, alternativamente, como um fenómeno cultural híbrido, produzido conjuntamente por intelectuais e "testemunhas", e como uma das mais importantes manifestações de um pós-modernismo de resistência no contexto latino-americano (Beverley, 1991; Yúdice, 1991). O *testimonio* tem a particularidade de, contrariamente ao foco individual das narrativas autobiográficas convencionais, articular a narrativa da experiência pessoal com as condições sociais e políticas e com os colectivos que constituem essa experiência. Como observa George Yúdice (1991:15), o *testimonialista* não fala em nome de uma comunidade nem a representa, mas "realiza um acto de formação de identidade que é simultaneamente pessoal e colectivo", isto é, que, contrariamente às formas convencionais de narrativa biográfica ou autobiográfica, não adquire sentido a não ser através da vinculação explícita do narrador a colectivos sociais e a contextos de luta e de prática social, a "pertencas e pertinências" (Richard, 1993), podendo ser associado a uma estética da solidariedade (Yúdice, 1991) que torna visível e explícita a vinculação preferencial entre o princípio da comunidade e a racionalidade estético-expressiva. Tanto o *testimonio* assim entendido como o testemunho articulado são formas de produção dialógica e multivocal de conhecimento, que, se não eliminam as condições de desigualdade que, à partida, enformam toda a relação entre intelectuais e "subalternos" (Beverley, 1991), deslocam e dispersam os efeitos da dominação, criando espaços intersticiais, espaço de enunciação de um novo território em que "a diferença liga". Encontramos, aqui, uma modificação sensível da tradicional relação pesquisador-informante, na medida em que há uma preocupação em manter o carácter heterogéneo, multivocal e dialógico dessa relação, colocando, ao

mesmo tempo, sob interrogação permanente as condições que geram a autoridade do pesquisador/facilitador.

O uso selectivo e instrumental das tradições, que caracteriza a subjectividade de fronteira (Santos, 1995), aparece como uma característica do *testimonio* assim entendido, mas também do testemunho articulado, na medida em que este é marcado por uma mobilização e articulação selectiva de procedimentos e recursos cognitivos e expressivos, uma espécie de extensão da transgressão metodológica, para além das fronteiras convencionais das teorias e dos métodos, incorporando recursos literários e figurativos e modos de envolvimento com o "terreno" exteriores ao reportório canónico dos cientistas sociais, tanto no modo da "cabotagem" (*coasting*), "navegando" livremente entre os limites conhecidos e reconhecidos, entre procedimentos, teorias e formas de expressão incomensuráveis, como no modo da *hibridização*. (Santos, 1995: 497). Finalmente, tanto o *testimonio* como o testemunho articulado criam um espaço em que se torna possível a *reversibilidade* das posições de sujeito e de objecto, sem eliminar as diferenças entre os participantes nesse espaço, sem obliterar as suas diferenças nem os fixar definitivamente numa identidade essencial e invariável, mas acentuando o carácter intersubjectivo do seu encontro e a possibilidade de construção mútua de um conhecimento diferente, baseado na capacidade de "responder", de quebrar o silêncio imposto pelas formas hegemónicas de produção do saber e de levar ao reconhecimento de outros modos de conhecer e de partilhar esse conhecimento (hooks, 1990, Santos, 1996). Daqui decorre a possibilidade de uma noção alargada e dialógica de reflexividade baseada na hermenêutica diatópica e na retórica dialógica, como mostrou Santos (1995).

Esta convergência entre o testemunho articulado e o *testimonio* não esgota, evidentemente, o leque de subjectividades possíveis para o pesquisador/actor pós-moderno. Também aqui, tal como em relação às formas discursiva e expressivas, há-que praticar a tolerância, tendo em conta a especificidade dos contextos e das relações em que ocorre a pesquisa e o envolvimento do pesquisador com o terreno e com os outros actores. Entre essas outras subjectividades, limitar-me-ei a mencionar, a título de exemplo, a do "flâneur", inspirada nessa "outra" modernidade representada por autores como Baudelaire, Simmel ou Benjamin (Featherstone, 1992) e já anunciada em Montaigne, Rousseau ou Schiller, e que Chris Jenks procurou recuperar, com uma passagem pelo surrealismo e pelo situacionismo, para a sua

exploração dos universos urbanos (Jenks 1995). A renovação da prática da entrevista e da etnografia que tem sido proposta por George Marcus (1993, 1995, 1996) e pelos seus colaboradores aponta outro caminho interessante que, se não faz desaparecer as desigualdades na capacidade de produção de conhecimento sobre a sociedade, pode, pelo menos, contribuir para reinventar as formas de produção cognitiva e estética num sentido mais adequado ao carácter rizomático (Deleuze e Guattari, 1976) das configurações culturais emergentes no mundo contemporâneo e mais sensível às especificidades locais e à sua relação com os processos globais de mudança social.

Conclusão

Enfrentar adequadamente os desafios lançados à teoria e à sua relação com um projecto de emancipação pós-moderno obriga a aprofundar a ideia da teoria como testemunho articulado, da importância do dialogismo, da hermenêutica diatópica e da retórica dialógica, da indissociabilidade do cognitivo, do estético e do moral, da necessidade de pensar a teorização inseparavelmente de uma política da teoria. As reflexões aqui deixadas são, necessariamente, produzidas a partir de um ponto de vista situado e parcial, mas que acredita na importância de "aprender com o Sul", incluindo esse "Sul do Norte" que é constituído por sociedades semiperiféricas, com culturas de fronteira e com um significativo potencial de intermediação no sistema-mundo. A teoria crítica pós-moderna terá de ser uma teoria emergente dessa deslocação das margens para o centro.

Referências Bibliográficas

Ashmore, Malcolm, e Evelleen Richards (coord.), 1996, 'The Politics of SSK: Neutrality, Commitment and Beyond', *Social Studies of Science*, 26 (2), 219-468

Becker, Howard S., 1986, Telling about society, in *Doing Things Together*, Evanston: Northwestern University Press, 121-135

Benitez-Rojo, Antonio, 1992, *The Repeating Island: The Caribbean and the Postmodern Perspective*, Durham, North Carolina: Duke University Press

- Beverley, John, 1991, "Through all things modern": second thoughts on *testimonio*, *boundary 2*, 18 (2), 1-21
- Bhabha, Homi K., 1994, *The Location of Culture*, London: Routledge
- Buck-Morss, Susan, 1989, *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press
- Burnham, Clint, 1995, *The Jamesonian Unconscious: The Aesthetics of Marxist Theory*, Durham, North Carolina: Duke University Press
- Chambers, Iain, e Lidia Curti (coord.), 1996, *The Post-Colonial Question: Common Sites, Divided Horizons*, London: Routledge
- Chaney, David, 1994, *The Cultural Turn: Scene-Setting Essays on Contemporary Cultural History*, London: Routledge, 1994
- Collins, Jim, 1995, *Architectures of Excess: Cultural Life in the information Age*, London, New York: Routledge
- Deleuze, Gilles, e Félix Guattari, 1976, *Rhizome: Introduction*, Paris: Editions de Minuit
- Featherstone, Mike, 1992, Postmodernism and the aestheticization of everyday life, in Scott Lash e Jonathan Friedman (coord.), *Modernity and Identity*, Oxford: Blackwell, 265-290
- Ferguson, Russell, et al (coord.), 1990, *Out There: Marginalization and Contemporary Culture*, New York/Cambridge, Massachusetts: The New Museum of Contemporary Art/MIT Press
- Fyfe, Gordon, e John Law (coord.), 1988, *Picturing Power: Visual Depiction and Social Relations*, London: Routledge
- Gardiner, Michael, 1996a, Alterity and ethics: a dialogical perspective, *Theory, Culture and Society*, 13 (2), 121-143
- Gardiner, Michael, 1996b, Foucault, ethics and dialogue, *History of the Human Sciences*, 9 (3), 27-46
- Gilroy, Paul, 1987, *'There Ain't No Black in the Union Jack': The Cultural Politics of Race and Nation*, London: Routledge
- Gilroy, Paul, 1993, *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*, London: Verso
- Gray, C. H., H. J. Figueroa-Sarriera e S. Mentor (coord.), 1995, *The Cyborg Handbook*, London: Routledge
- Grossberg, Lawrence (coord.), 1996, On postmodernism and articulation: an interview with Stuart Hall, in Morley e Chen (coord.), 131-150
- Grossberg, L., C. Nelson, P. Treichler (coord.), 1992, *Cultural Studies*, New York, London: Routledge

Haraway, Donna, 1991, *Symians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*, London: Free Association Books

Haraway, Donna, 1992 [1989], *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Science*, London: Verso

Hebdige, Dick, 1988, *Hiding in the Light: On Images and Things*, London: Routledge

Hebdige, Dick, 1993, Redeeming witness: in the tracks of the Homeless Vehicle Project, *Cultural Studies*, 7(2), 173-223

hooks, bell, 1990, Talking back, in Ferguson *et al*, 337-343

hooks, bell, 1992, Representing whiteness in the black imagination, in Grossberg *et al*, 338-346

hooks, bell, 1994, *Outlaw Culture: Resisting Representations*, New York: Routledge

Irwin, Alan, 1995, *Citizen Science: A Study of People, Expertise and Sustainable Development*, London: Routledge

Irwin, Alan, e Brian Wynne (coord.), 1996, *Misunderstanding Science? The Public Rconstruction of Science and Technology*, Cambridge: Cambridge University Press

Jameson, Fredric, 1990, *Signatures of the Visible*, New York: Routledge

Jameson, Fredric, 1991, *Postmodernism, or, the Cultural Logic of late Capitalism*, London: Verso

Jameson, Fredric, 1992, *The Geopolitical Aesthetic: Cinema and Space in the World System*, Bloomington and Indianapolis/London: Indiana University Press/British Film Institute Publishing

Jay, Martin, 1993, *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in 20th-Century French Thought*, Berkeley: The University of California Press

Jay, Martin, 1996, For theory, *Theory and Society*, 25, 167-183

Jenks, Chris, 1995, The centrality of the eye in Western culture: an introduction, in Jenks (coord.), 1-25

Jenks, Chris (coord.), 1995, *Visual Culture*, London: Routledge

Lash, Scott, 1996, Introduction to the ethics and difference debate, *Theory, Culture and Society*, 12 (2), 75-77

Lash, Scott, e John Urry, 1994, *Economies of Signs and Space*, London, Thousand Oaks: Sage

Latour, Bruno, 1987, *Science in Action*, Milton Keynes: Open University Press

Latour, Bruno, 1991, *Nous N'avons Jamais Été Modernes: Essai*

d'Anthropologie Symétrique, Paris: La Découverte

Latour, Bruno, 1992, *Aramis, ou l'Amour des Techniques*, Paris: La Découverte

Law, John, e Annemarie Mol, 1994, Regions, networks and fluids: anaemia and social topology, *Social Studies of Science*, 24, 641-671

Lynch, Michael, e Steve Woolgar (coord.), 1990, *Representation in Scientific Practice*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press

Marcus, George E. (coord.), 1993, *Perilous States: Conversations on Culture, Politics and Nation*, Chicago: University of Chicago Press

Marcus, George E. (coord.), 1995, *Technoscientific Imaginaries: Conversations, Profiles and Memoirs*, Chicago: University of Chicago Press

Marcus, George E. (coord.), 1996, *Connected*, Chicago: University of Chicago Press

Mitchell, W.J.T., 1986, *Iconology: Image, Text, Ideology*, Chicago: University of Chicago Press

Morley, David, e Kuan - Hsing Chen (coord.), 1996, *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*, London: Routledge

Nicholson, Linda, e Steven Seidman (coord.), 1995, *Social Postmodernism: Beyond Identity Politics*, Cambridge: Cambridge University Press

Nunes, João Arriscado, 1996a, A celebração dos monstros e a redescoberta da moral: dois enredos da transição paradigmática, in *Dinâmicas Culturais: Novas faces, Outros Olhares*, Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Volume I, 99-106

Nunes, João Arriscado, no prelo, Fronteiras, hibridismo e mediatização: os novos territórios da cultura, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45

Richard, Nelly, 1993, Cultural peripheries: Latin America and postmodernist de-centering, *boundary 2*, 20:3, 156-161

Rorty, Richard, 1979, *Philosophy and the Mirror of Nature*, Princeton: Princeton University Press

Sangari, Kumkum, 1987, The politics of the possible, *Cultural Critique* (Fall), 157-186

Santos, Boaventura de Sousa, 1995, *Towards a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, New York: Routledge

Santos, Maria Cecília Mac Dowell dos, 1996, Quem pode falar, onde e como? Uma conversa "não-inocente" com Donna Haraway, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 101-123

Scheper-Hughes, Nancy, 1993, *Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*, Berkeley: The University of California Press

Shields, Rob, 1996, Meeting or mis-meeting? The dialogical challenge to Verstehen, *British Journal of Sociology*, 47 (2), 275-294

Shohat, Ella, e Robert Stam, 1994, *Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the Media*, London: Routledge

Slack, Jennifer Daryl, 1996, The theory and practice of articulation in cultural studies, in Morley e Chen (coord.), 112-127

Taussig, Michael, 1987, *Shamanism, Colonialism, and the Wild Man: A Study in Terror and Healing*, Chicago: University of Chicago Press

Taussig, Michael, 1993, *Mimesis and Alterity: A Particular History of the Senses*, New York: Routledge

Taylor, Lucien (coord.), 1994, *Visualizing Theory*, New York: Routledge

Wallace, Michele, 1990, Modernism, postmodernism and the problem of the visual in Afro-American culture, in Ferguson *et al*, 39-50

Wallerstein, Immanuel, 1991, *Unthinking Social Science*, Cambridge: Polity Press

Welchman, John C., 1995, *Modernism Relocated: Towards a Cultural Studies of Visual Modernity*, St. Leonards: Allen and Unwin

Yúdice, George, 1991, *Testimonio* and postmodernism, *Latin American Perspectives*, 70, 15-31

Zamora, Lois Parkinson, e Wendy B. Faris (coord.), 1996, *Magical Realism: Theory, History, Community*, Durham, North Carolina: Duke University Press